

# Injecções financeiras para desenvolvimento

15/12/86

• 145 milhões de dólares para os próximos quatro anos

O nosso País irá beneficiar, nos próximos quatro anos, de um fundo de 145 milhões de dólares doados pela CEE, Canadá, França e Portugal, a serem investidos num Projecto Indicativo de Desenvolvimento Idealizado pelo nosso País e apresentado à última reunião ministerial dos países membros da Convenção de Lomé III, realizada em Bruxelas, na Bélgica. O maior pacote será destinado aos sectores agrário, de indústria ligeira e pescas. Estas revelações foram feitas pelo Ministro do Comércio do nosso País, Aranda da Silva, quando falava a jornalistas nacionais.

O titular da pasta do Comércio disse que o acordo foi alcançado quando da recente reunião ministerial dos países membros da Convenção de Lo-

me III, realizada em Bruxelas, na Bélgica, no qual todos os países se fizeram representar a nível ministerial, com a excepção de Angola e do Malawi. O primeiro fez deslocar uma delegação ao nível de Secretário de Estado.

me III, realizada em Bruxelas, na Bélgica, no qual todos os países se fizeram representar a nível ministerial, com a excepção de Angola e do Malawi. O primeiro fez deslocar uma delegação ao nível de Secretário de Estado.



Aranda da Silva falando aos órgãos de Informação

me III, realizada em Bruxelas, na Bélgica, no qual todos os países se fizeram representar a nível ministerial, com a excepção de Angola e do Malawi. O primeiro fez deslocar uma delegação ao nível de Secretário de Estado.

Aranda da Silva disse que foram apontadas as atitudes a adoptar em relação à África do Sul, no que respeita às sanções económicas contra o regime de «apartheid». Disse que foi importante a receptividade da CEE quanto ao programa apresentado pelo nosso País, que concorre directamente para a nossa reabilitação económica.

O Ministro do Comércio afirmou que o acordo alcançado, através do qual Moçambique beneficia de um fundo de 145 milhões de dólares, determina ainda a filosofia de desenvolvimento na aplicação do referido

cutado em função da reunião havida em Fevereiro deste ano em Maputo, na qual participou um grupo interministerial de trabalho para a definição do pacote a destinar em cada área do programa.

Assim, do programa apresentado por Moçambique é contabilizado à sua reabilitação económica. Os doadores acordaram para os próximos quatro anos, com o impulsionamento das relações com o nosso País, através de uma abertura mais funcional, sobretudo na área económica.

Na área agrária, o subprojecto estará concentrado em Cabo Delgado, Maputo e Inhambane. Outra verba será destinada à Informação, nomeadamente à reabilitação da Rádio Moçambique, facto que em parte irá aumentar o alcance informativo da Rádio, levando-a a locais das zonas rurais.

A Indústria Ligeira beneficiará também de um pacote financeiro, que será empregue fundamentalmente na facturação de bens de consumo e produtos de primeira necessidade, por forma a atenuar a falta de bens de consumo no País.

O sector das pescas beneficiará de uma reabilitação e será introduzida uma importante verba para desenvolver a pesca artesanal como forma de fomentar ainda mais a pesca nos locais que ainda carecem de materiais para o desenvolvimento daquela actividade.

Por outro lado, serão financiados dois projectos nos Corredores de Nacala e da Beira, locais de crucial importância para o movimento económico, tanto de Moçambique como dos países vizinhos, sendo um baluarte importante para a caracterização da política anti-«apartheid».

Por outro lado, será dada uma importância especial ao aceleramento da segunda fase da construção da Linha Centro-Norte. A optimização de Moçambique em todos estes projectos, conforme referiu o Ministro do Comércio, consiste em isolar o regime da África do Sul, através da promoção do manuseamento de produtos pelos portos moçambicanos.

Deste modo, será dada ainda atenção à reabilitação dos cais do porto da Beira. A ideia é dotar aquele porto de uma maior mobilidade, por forma a garantir o plano de funcionamento do mesmo, em função das mercadorias que por ali passam.

Outra injeção financeira será destinada aos sectores da Saúde e da Educação, bem como à formação de quadros para a administração local, tal como seja para a correlação dos administradores distritais e outros com os projectos realizados na sua área de jurisdição.

## RELACIONAMENTO COM A CEE

O Ministro do Comércio, Aranda da Silva, considerou que as relações de Moçambique com a CEE podem resul-

tar frutíferas na medida da necessidade de desenvolvimento do nosso País.

Aranda da Silva afirmou que o ano de 1987 será bastante importante para Moçambique pois existe da parte da CEE interesse em colaborar com o nosso Governo nos projectos de reabilitação económica em Moçambique, assim como na promoção de outros projectos de desenvolvimento.

Está prevista para o primeiro semestre do próximo ano, a vinda do Vice-Presidente da CEE, facto que foi considerado pelo Ministro do Comércio como uma boa abertura no relacionamento da CEE com Moçambique.

Aranda da Silva afirmou que o valor financeiro das relações que o nosso País trava com a CEE é superior a toda a produção de cereais a nível nacional, o que quer dizer que é superior a 20 milhões de dólares.

Existe ainda uma cooperação com a CEE, na área de emergência alimentar na província de Inhambane e outro projecto conexado com a CEE para o desenvolvimento rural, para além da ajuda alimentar dispensada ao nosso País.

Por outro lado, o Ministro do Comércio do nosso País considerou a participação de Moçambique na reunião ministerial do grupo de países que fazem parte da Convenção de Lomé como uma oportunidade para a correcta introdução de uma imagem menos deturpada sobre Moçambique.

Afirmou que a reunião de Bruxelas permitiu auscultar o grau de receptividade de Moçambique no seio dos países que constituem a ACP, facto que considerou bastante positivo, pois existe o respeito pelas convicções ideológicas de cada um dos países. Ele salientou que um único ponto une os países da Convenção de Lomé: O grupo é constituído por países subdesenvolvidos, daí que exista uma certa identidade de objectivos.

Afirmou que a recente reunião a nível ministerial, em Bruxelas, definiu o relacionamento futuro dos países que fazem parte da Convenção de Lomé III com a CEE. Nela foi definida a posição dos países da ACP em relação à CEE.